

Ulysses prepara acordo para votação da emenda

J. Franca



Ulysses janta hoje com líderes partidários para acertar pontos na votação da emenda Sarney

O presidente da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, pretende encontrar com os políticos partidários e o deputado Flávio Bierrenbach, relator de comissão mista no Congresso, com quem janta hoje à noite, em sua casa, os pontos de "confluência e ajustamento de posição" para a aprovação da mensagem presidencial convocando a Constituinte.

Ulysses acha que os temas com os quais todos os partidos estejam de acordo devem ser votados ao mesmo tempo. Mas os assuntos mais polêmicos, segundo o parlamentar, devem ser colocados no plenário na forma de destaque para apreciação dos congressistas, pois acredita ser muito difícil que se consiga os dois terços necessários à sua aprovação.

Ulysses afirmou ser necessário fazer a votação de mensagem para antes de 15 de novembro. Explicou que um assunto da magnitude da convocação da Constituinte não pode ser deixado para o próximo ano. Contudo, reconhece a dificuldade para a votação da matéria nos próximos dias, pois será necessária a presença maciça de deputados e senadores para aprovarem ou rejeitarem as subemendas à proposta presidencial.

Ontem à noite, o presidente da Câmara se reuniu com os líderes do PMDB e do PFL na Câmara. Pimenta da Veiga e José Lourenço, e o relator da mensagem presidencial, deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), para debater alguns pontos na busca de subsídios a serem apresentados na reunião do Conselho Político com o presidente José Sarney, agora pela manhã, no Palácio do Planalto.

Durante o encontro com Bierrenbach, Ulysses vai apresentar-lhe a forma de convocação da Assembleia Nacional Constituinte utilizada pelos espanhóis. De acordo com o deputado, na Espanha as Cortes (o Parlamento espanhol) se auto-proclamaram em Constituinte, sem a realização de eleições para a escolha dos constituintes. Desta forma, explicou o presidente do PMDB, ocorreu uma transição do franquismo para a democracia evitando-se rupturas, o que levou finalmente ao Pacto de Moncloa.

Ulysses declarou ainda que é favorável "e venho insistindo nisso desde que o assunto foi ventilado" na criação de uma comissão paralela de 60 a 70 membros para legislar durante a elaboração da nova Carta Magna. Ele acha que haveria um comprometimento muito grande dos trabalhos da Constituinte se seus membros também tivessem de legislar sobre questões ordinárias.

Essa comissão, para o presidente da Câmara, seria representada proporcionalmente por todos os partidos e também pela Câmara e Senado.

Anistia tem pouca chance

Propostas como a da "emenda Uequed", de anistia, não têm nenhuma chance de serem incluídas na mensagem de convocação da Constituinte, asseguraram ontem os líderes do PFL, na Câmara e no Senado, José Lourenço e Carlos Chiarelli, tendo este último levantando a hipótese de que a matéria venha ser discutida mais tarde.

O entendimento das lideranças do PFL é de que a emenda Uequed foge totalmente ao espírito de convocação de uma Constituinte, ou seja, não é matéria correlata e portanto deve ficar de fora. As lideranças de todos os partidos estarão reunidas hoje na residência do deputado Ulysses Guimarães, mas, segundo os líderes do PFL, algumas posições — como esta — já podem ser antecipadas.

José Lourenço observa, por exemplo, que até hoje não ouviu uma opinião sequer favorável à proposta de eleição ou escolha de "delegados constitucionais", que ele prefere chamar de "biónicos", por conhecer apenas a proposta em que esses delegados não seriam eleitos por voto popular. Quanto à proposta de anistia para militares, disse achar "muito difícil" votar a matéria "neste momento".

Chiarelli confirmou a disposição do partido de votar a mensagem original do governo, "ressalvados alguns aperfeiçoamentos".

Prisco apóia convocação

O líder do PDS na Câmara dos Deputados, Prisco Viana (BA), disse concordar com a ideia apresentada pelo presidente da República, José Sarney, em sua mensagem que convoca a Assembleia Nacional Constituinte. Prisco defende uma Constituinte congressual e o funcionamento concomitante da Assembleia com os trabalhos legislativos ordinários. Convidado a participar de uma reunião na residência do presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, sobre o assunto, o líder pedessista disse que pretende ouvir para depois levar as explicações que forem feitas para exame da bancada.

Sobre a anistia aos militares punidos pelo movimento de 64, Prisco disse não ser contra o princípio, mas deve ser examinada atentamente a forma. Sobre esse assunto específico, o líder pretende primeiro saber do relator da Comissão Mista da Constituinte que examina a proposição do presidente, quais as alterações que ele pretende propor a subemenda do deputado Jorge Uequed (PMDB-RS) que prevê a concessão de anistia a todos

Quando a desincompatibilização, o líder do PDS disse que "a oposição que não nomeia e não tem cargo nenhum e a favor de um prazo maior para a desincompatibilização". Prisco disse que considera difícil a aprovação do prazo de um ano. Ele informou ter levado ao líder do

PMDB Pimenta da Veiga a sugestão de que o prazo fosse de 6 meses para os governadores, como ocorre atualmente, 6 meses para os ministros e secretários estaduais com mandato, e 9 meses para os ministros e secretários estaduais sem mandato eletivo. Quanto lhe foi dito que o relator da comissão mista da Constituinte, Flávio Bierrenbach, está propenso a apresentar a sugestão de que todos se desincompatibilizem até primeiro de janeiro, o líder pedessista disse considerar ótimo esse prazo, mas dificilmente a proposição será aceita.

Nesta terça-feira, o presidente da Câmara dos Deputados e do PMDB, Ulysses Guimarães, irá se reunir em sua residência com o presidente e o relator da Comissão da Constituinte, Helvídio Nunes e Flávio Bierrenbach, além dos líderes de todos os partidos políticos, com o propósito primeiro de garantir a aprovação do ato convocatório da Assembleia Nacional Constituinte, proposto pelo Presidente da República, José Sarney. Garantida a convocação, será aberta negociação em torno dos pontos polêmicos que envolvem a eleição para os membros da Constituinte, como o prazo de desincompatibilização dos candidatos, a composição da Assembleia — se apenas de deputados e senadores ou se poderá ser aberta a vaga para os delegados constituintes e a anistia para os militares cassados em 64.

A Constituinte que o Brasil pode ter

Lustosa da Costa

Os debates, que ora se travam em torno da convocação da Assembleia Nacional Constituinte e que suscitam azedos ataques ao Presidente José Sarney e a classe política, se explicam, em parte, pelo desejo, a posterioridade, de negar o caráter pacífico da transição política brasileira lembramos, não voltamos à plenitude democrática, na marra. Não enfrentamos os canhões — como os etíopes ante o exército fascista de Benito Mussolini, a pedradas e, sim, através de bem comportada solução de compromisso.

Todo o mundo sabe que a transição foi negociada com os militares. E certo que eles estavam acuados, num lado pelo malogro da gestão administrativa e do outro, pela corrupção na administração pública, como jamais se vira nesse País. Mas ainda detinham a força. Essa é a realidade. Tanto assim que, através das exhibições de brutalidade do general Newton Cruz, coagiram o Congresso a rejeitar a emenda Dante de Oliveira. Impuseram a escolha do sucessor do general Figueiredo através da contrafeição do colégio eleitoral que haviam engendrado. — com a participação decisiva do general Ernesto Geisel e de seus aliados na área política que, posteriormente, se alistaram na Frente Liberal. Deu no que deu. Foram eleitos Tancredo Neves e José Sarney. O destino quis que a Presidência coubesse ao ex-presidente do PDS, partido instituído para sustentar o regime militar. — bem conforme a tradição brasileira.

Porque sempre foi assim. A Independência foi obra de um príncipe português, movido por recomendação expressa do pai que o advertira para "por na cabeça, a coroa, antes que algum aventureiro (povo e quejandos, esclarecemos nós) lançasse mão dela". A coisa foi tão clara que Pedro I voltou à Pátria a fim de assumir o trono, já como Pedro IV, trono porque lutava o irmão, dom Miguel. Como herança, além da afilhada, deixou uma Constituição outorgada que durou até 1889.

Arinos rejeita "avulsos"

Rio O professor Afonso Arinos de Melo Franco, presidente da comissão de estudos constitucionais disse ontem que a candidatura avulsa é uma infração irremediável contra a democracia representativa. Ele acha que não há democracia representativa "com a alienação dos partidos" e que os setores da Igreja que defendem a candidatura avulsa "não entendem nada disso".

Quando leio sobre esse tema, fico assombrado. O partido é instrumento insubstituível para a apresentação e organização e creio que teólogos não deveriam discutir sobre isso. Seria a mesma coisa se eu me metesse nas discussões entre o frei Leonardo e os Papas, sobre a Teoria da Libertação — disse Afonso Arinos.

A República foi proclamada, a contragosto por Deodoro da Fonseca depois de advertir que, por nada no mundo, ofenderia ou desrespeitaria. Sua Majestade Pedro II.

"Façamos a Revolução antes que o povo a faça" era o "Aquid'El Rey" de Antonio Carlos ao "establishment". A chefia do movimento armado coube ao ex-líder e ex-ministro da Fazenda de Washington Luiz, Getúlio Vargas que, durante toda a campanha eleitoral, lhe repetiu juras de que acataria, bonitinho, o resultado das urnas. Não recorreria às armas para impugnar urnas que sabia, de antemão, fraudadas.

Depois de 15 anos, caiu Getúlio Vargas. O presidente eleito, por maioria absoluta, a quem coube reconstruir o regime democrático, foi exatamente o condestável do Estado Novo, o ex-ministro da Guerra da ditadura, o general Eurico Dutra.

Seria mais saudável que o País tivesse saído da ditadura, através da eleição direta e secreta, para a Assembleia Nacional Constituinte. Não foi, contudo, o que ocorreu. Livramo-nos da tutela castrense, através de penosas negociações, feitas por Tancredo Neves, eleito por um colégio eleitoral questionado porque composto de biónicos, nomeados por Geisel, parlamentares eleitos pela corrupção eleitoral e pela mutreta da vinculação total de votos porque, à época, era preciso dar vitória ao PDS, custasse o que custasse. E o que temos. Não o que quisemos. Por isso, é que queremos uma Constituinte exclusiva, autônoma, com representantes "notáveis", sem a participação dos políticos seria talvez possível se o regime militar tivesse caído pela rebelião das massas, pela insurgência das ruas. Trata-se de um sonho dourado. Que não há de verbalizar, através de violências verbais contra o Congresso e o presidente José Sarney. Não há força de persuasão que leve o atual Congresso a resignar às suas faculdades, nem a classe política a se demitir de seus encargos.

Esporte

Defendendo a necessidade de que o esporte seja tratado na futura Assembleia Nacional Constituinte com seriedade, respeitando suas características, regionais, o governador Jair Soares, do Rio Grande do Sul, abriga ontem pela manhã, na sede da Sogipa Sociedade Ginástica Porto-Alegrense —, o I Encontro Nacional do Desporto, que contou com a presença do presidente do Conselho Nacional de Desportos, Manoel José Gomes Tubino.

O I Encontro Nacional do Desporto se prolongará até hoje tendo como tema central "O esporte na Constituinte". Também haverá uma reunião conjunta do Conselho Nacional de Desporto com a comissão de reformulação do desporto brasileiro.

Peemedebista é contrário às coligações

O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) disse ontem não concordar com o direito de vários partidos se coligarem para apresentação de uma chapa única para a Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa ou Câmara dos Vereadores. O direito dessa coligação está sendo discutido na Comissão de Constituição e Justiça que examina a nova lei dos Partidos Políticos. Na opinião do parlamentar, esse tipo de coligação proporcional existe nos regimes presidencialistas "fundamentados em Partidos políticos sólidos", mas esse "não é o caso do Brasil atualmente, aonde vivemos uma conjuntura atípica de pulverização partidária, com mais de 30 siglas legalmente habilitadas, a maioria de existência apenas cartorial e sem nenhuma representatividade na sociedade".

Para o deputado Maurílio Ferreira Lima, "o único instrumento legítimo para promover a decantação do quadro partidário é o voto popular". O deputado explica que "o processo eleitoral vai normalmente eliminando as siglas pouco representativas". Assim, ao final de três ou quatro eleições os partidos fantasmas e cartoriais desaparecem, dando lugar a um quadro partidário sólido e representativo de correntes de opinião realmente existentes na sociedade brasileira.

Maurílio considera que para que "o voto popular possa selecionar os partidos políticos é necessário que cada sigla apresente sua própria chapa nas eleições proporcionais". Um perigo apontado pelo deputado por Pernambuco é que "as coligações proporcionais prolongam artificialmente a existência de partidos políticos fictícios e favorecem que o Poder Econômico exerça melhor o seu poder corruptor sobre o processo eleitoral". Em sua opinião, "muitos capitalistas comprariam o direito a candidatura por uma sigla de aluguel, e posteriormente com o poder do dinheiro forçarão as coligações proporcionais".

Para impedir a possibilidade de aprovação desta proposta, Maurílio está recolhendo assinaturas de parlamentares para emenda que irá apresentar em plenário eliminando este dispositivo Eleitoral.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Menegheli, afirmou ontem em Fortaleza, onde encerrou o II Congresso Estadual da entidade, que não acredita no pacto social proposto pelo presidente José Sarney, porque "a classe trabalhadora jamais terá suas reivindicações atendidas".

Ele prevê novas greves de trabalhadores em novembro, quando muitas categorias profissionais negociarão com os patrões seus reajustes salariais. Na opinião de Menegheli, "a greve continua ser a única arma dos trabalhadores para ter seus pleitos atendidos pelos patrões".

Por isso, o presidente da CUT entende que o pacto social proposto pelo governo "não tem condições de vigorar a partir do momento em que não podemos abrir mão do direito de greve sem que os patrões atendam às nossas reivindicações".

Debate deve conciliar os interesses

O deputado paulista Flávio Bierrenbach jantará hoje com o deputado Ulysses Guimarães. Na oportunidade, serão debatidas algumas formulas de composição que possam conciliar os interesses divergentes que estão sendo discutidos na emenda da Constituinte. O parlamentar frisou que entre essas divergências se destaca como fundamental a questão da convocação da Constituinte.

Ontem, à noite, ao chegar de S. Paulo, Bierrenbach, disse que é preciso se chegar a um acordo. "Na minha opinião, temos que encontrar uma fórmula conciliatória, porque, senão, vamos ter uma Constituinte contestada, antes, durante e depois".

No decorrer do dia de hoje, Bierrenbach pretende manter um encontro também com as lideranças partidárias no Congresso Nacional. Em busca de um denominador comum que possa apresentar ao deputado Ulysses Guimarães durante o jantar.

Plebiscito

O jurista Josafá Marinho, membro da comissão de estudos constitucionais, propôs ontem um plebiscito após a conclusão da Assembleia Nacional Constituinte, para que o povo possa aprovar ou rejeitar a Constituição por ela elaborada. Segundo ele, esta é a fórmula para resgatar o poder constituinte do povo e conferir seus anseios.

Josafá Marinho lembrou que este foi o procedimento da Constituinte da França em 1946. A primeira Constituição inclusive, foi rejeitada no plebiscito e aprovada no segundo, após as modificações exigidas pela maioria. O ex-senador baiano não concorda com a proposta de plebiscito do presidente da OAB, Milton Gaeta, para definir se a Constituinte será congressual ou independente.

O presidente do PC do Brasil, João Amazonas, disse ontem em Fortaleza que as forças democráticas progressistas não podem e nem devem se dispersar. Ele conclamou a todos os cearenses para que apoiem os candidatos que têm compromissos com o processo democrático lembrando, então, a importância da Assembleia Nacional Constituinte. Amazonas disse acreditar que o PC do B tenha participação efetiva na Constituinte a ser eleita em 86 recordando que ele mesmo, em 1945, foi constituinte.

Para o líder comunista brasileiro o grande avanço apresentado pela Nova República está no campo democrático "pois é inegável que o País experimenta, depois de 15 de março deste ano, um novo período de governo que tem garantido ao povo uma inquestionável franquia democrática".

Reconheceu Amazonas que os avanços registrados a nível democrático não ocorreram até aqui nas áreas sociais e econômicas o que, porém, precisa ser corrigido tendo em vista os compromissos que foram assumidos com a sociedade brasileira.